



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**ELISANGELA FERREIRA DA SILVA**

**DESFAZENDO ESTEREÓTIPOS: UMA NOVA ABORDAGEM DA ÁFRICA NOS  
LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI  
10.639/03**

**CAJAZEIRAS - PB  
2018**

**ELISANGELA FERREIRA DA SILVA**

**DESFAZENDO ESTEREÓTIPOS: UMA NOVA ABORDAGEM DA ÁFRICA NOS  
LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI  
10.639/03**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras-PB, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

**Orientador:** Prof. Dr. Rodrigo Bezerra Pessoa  
**Linha de pesquisa:** Educação Geográfica

**CAJAZEIRAS - PB  
2018**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras - Paraíba

S586d	Silva, Elisângela Ferreira da. Desfazendo estereótipos: uma nova abordagem da África nos livros didáticos de geografia após a implementação da Lei 10.639/03 / Elisângela Ferreira da Silva. - Cajazeiras, 2018. 36f. : il. Bibliografia.  Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Bezerra Pessoa. Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2018.  1. Geografia-livro didático. 2. Geografia-ensino fundamental. 3. Lei 10.639/2003. 4. África. I. Pessoa, Rodrigo Bezerra. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.
-------	---

UFCG/CFP/BS

CDU- 91.002(075)

**ELISANGELA FERREIRA DA SILVA**


**DESEFAZENDO ESTEREÓTIPOS: UMA NOVA ABORDAGEM DA ÁFRICA NOS  
LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DA LFI**

**10.639/03**

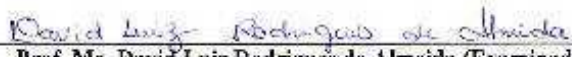
Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras-PB, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Aprovada em: 16/12/2018.

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Rodrigo Bezerra Pessoa (Orientador)  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Ms. Miclelle Amancio da Silva (Examinadora externa)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Ms. David Luiz Rodrigues de Almeida (Examinador interno)  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

**CAJAZEIRAS - PB  
2018**

**DEDICO** este trabalho a Deus, a quem rogo todas as noites. Para mim foi sustento em conceber persistência e coragem em seguir minha caminhada com sabedoria e força. Sem Ele não teria alcançado tamanha conquista.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos professores que tive desde o ensino básico até o ensino superior, pois sempre estiveram dispostos a ajudar e a contribuir para meu melhor aprendizado. Sem a dedicação de vocês eu não teria a oportunidade de caminhar e chegar a uma formação acadêmica.

Manifesto meus agradecimentos à minha professora de Língua Portuguesa, do Ensino Fundamental II ao Ensino Médio, Maria Regina Alves Viana (*in memoriam*), pela dedicação e fortalecimento dos meus pensamentos cognitivos na questão da escrita. Seus conselhos e orientações foram de suma importância para minha formação profissional.

Agradeço à ex-diretora da Escola Deputado Antônio Leite Tavares, Carmém Lúcia de Sousa Bandeira, pela colaboração financeira e por sempre ter me dado apoio moral e também por seu incentivo ao ingressar na universidade, sempre acreditando na minha capacidade intelectual.

Manifesto a minha gratidão a todos os familiares, parentes e amigos que contribuíram direta ou indiretamente com apoio moral, com palavras otimistas e de perseverança, pois foram de grande valia para que eu seguisse com garra os meus objetivos.

Em especial, agradeço aos meus clientes, principalmente àqueles clientes fiéis por se fazerem presentes no fortalecimento das minhas profissões, a primeira de manicure e a segunda, que nasce agora através de uma formação acadêmica. Com a colaboração financeira destes tive como custear meus gastos com a universidade.

A todos expresso a minha gratidão.

Se o branco é inteligente e eu sou negro, então eu não sou negro (...).  
Se o branco é bonito e eu sou negro, então eu não sou negro. Se o branco é  
discreto e sóbrio e eu sou negro, então eu não sou negro. Se o branco é  
inerentemente bom e eu sou negro, então eu não sou negro. Aí a negação da  
identidade, da raça, da cor. Então eu não sou negro, mas não sou branco.  
Da frustração à raiva é um pulo.

*Jorge da Silva*

A única arma para melhorar o planeta é a Educação com ética. Ninguém  
nasce odiando outra pessoa pela cor da pele, por sua origem, ou ainda por  
sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e se pode aprender a  
odiar, podem ser ensinadas a amar.

*Nelson Mandela*

SILVA, Elisangela Ferreira da. **Desfazendo estereótipos: uma nova abordagem da África nos livros didáticos de Geografia após a implementação da Lei 10.639/03.** Monografia (Graduação) – Curso de Licenciatura em Geografia, Unidade Acadêmica de Geografia, Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras-PB, 2018.

## RESUMO

Este estudo teve como objetivo discutir a visibilidade e representação da África por meio do livro didático de Geografia do Ensino Fundamental sob a ótica da temática racial após a implementação da Lei 10.639/2003, a qual tornou obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira, com o propósito de abordagem do conteúdo África nos livros didáticos de Geografia na construção do conhecimento cultural africano. A Lei 10.639/2003 caracteriza uma conquista de suma importância no sentido de resistência e luta por reparação, direitos, e respeito para com a história e a diversidade cultural da população negra do país, sendo a principal legislação educacional vigente voltada para o combate ao racismo. Para se ajustar a nova realidade, os livros didáticos tiveram que excluir qualquer tipo de incitação ao racismo, sendo assim, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) ficou com a responsabilidade de analisar as obras destinadas às salas de aula. Foram analisados os critérios estabelecidos pela lei com relação ao conteúdo África em um exemplar destinado ao 8º ano do Ensino Fundamental, publicado no ano de 2015 ao qual este livro pertence à coleção Vontade de Saber Geografia da autora Neiva Torrezane. Por meio da pesquisa constatou-se que o livro de Geografia apresenta contradições à Lei e a resenha do livro didático deixando lacunas no que diz respeito às questões de combate ao racismo.

**Palavras-chave:** Livro didático. África. Lei 10.639/2003



SILVA, Elisangela Ferreira da. **Desfazendo estereótipos: uma nova abordagem da África nos livros didáticos de Geografia após a implementação da Lei 10.639/03.** Monografia (Graduação) – Curso de Licenciatura em Geografia, Unidade Acadêmica de Geografia, Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras-PB, 2018.

### **ABSTRACT**

This study aimed to discuss the visibility and representation of Africa through the textbooks of Geography of Elementary School from the point of view of racial themes after the implementation of Law 10.639/2003, which made it compulsory to teach African and Afro-Brazilian history and culture, with the purpose of approaching African content in the textbooks of Geography in the construction of African cultural knowledge. Law 10.639/2003 marks a major achievement in the sense of resistance and struggle for reparation, rights, and respect for the history and cultural diversity of Brazil's black population, being the main educational legislation in order to combat racism. To adjust to the new reality, the textbooks had to exclude any kind of incitement to racism, so the Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) is responsible for supervising these educational books. We analyzed the changes about the African content in textbook for the 8th grade of Elementary School, published in 2015. Through this analyzes, it was verified that the Geography textbook presents contradictions to the Law 10.639/2003, and the PNLD review leaves gaps on the fight against racism.

**Keywords:** Textbook. Africa. Law 10.639/2003.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1:</b> capa do livro Vontade de Saber Geografia, de Neiva Torrezani, 2015.....	28
<b>FIGURA 2:</b> africanos capturados durante o século XIX.....	29
<b>FIGURA 3:</b> resíduos acumulados próximos às moradias precárias de um bairro em Acra, Gana, em 2013.....	30

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>LDB</b> – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>MEC</b> – Ministério da Educação
<b>PCN</b> – Parâmetros Curriculares Nacionais
<b>PNLD</b> – Programa Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais
<b>PR</b> – Paraná
<b>UEL</b> – Universidade Estadual de Londrina

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. ÁFRICA: INQUIETAÇÕES NO MODO DE SER E PENSAR NOS MANUAIS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1. A África no ensino de Geografia.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2. Conteúdos africanos representados nos livros didáticos de Geografia no Ensino Fundamental.....</b>	<b>18</b>
<b>2.3. Relações dos livros escolares de Geografia após a implementação da lei 10.639/2003.....</b>	<b>20</b>
<b>3. ÁFRICA NOS DIFERENTES OLHARES GEOGRÁFICOS.....</b>	<b>24</b>
<b>3.1. A representatividade da África nos livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental .....</b>	<b>25</b>
<b>3.2. Análise do conteúdo África nos livros didáticos de geografia do Ensino Fundamental .....</b>	<b>27</b>
<b>3.2.1. O livro utilizado na pesquisa.....</b>	<b>28</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>34</b>

## 1. INTRODUÇÃO

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”.

*Nelson Mandela*

O tema desta pesquisa é de suma importância para a educação nos dias de hoje, pois chama a atenção para fatores determinantes no êxito da construção da vida educacional diante da discriminação racial. Contudo, tal discriminação ainda é uma realidade que se faz presente nos espaços públicos e privados da sociedade escolar.

Este tema sempre despertou minha atenção, e no decorrer do curso na universidade, mais especificamente durante as aulas de Estágio Curricular Supervisionado I ao IV, foram colocados questionamentos e posicionamentos concernentes ao tema racial e às inquietações presentes tanto nos espaços escolares, quanto na sociedade.

Entretanto, o ponto de maior despertar da curiosidade quanto às questões raciais foi quando me deparei com a realidade de atos preconceituosos ao povo negro, que sofrem e que, por muitas vezes, passam despercebidos pela sociedade.

Durante a minha jornada escolar não tive um olhar diferenciado a não ser com relação às questões da ligação do negro com a escravidão, e a universidade teve uma função primordial nos esclarecimentos quanto ao tema, conseqüentemente me auxiliando numa melhor reflexão acerca das relações raciais e sociais no interior da escola e no meu meio social.

Nisso, deparamos que a temática africana vem ganhando espaço nas discussões educacionais nas últimas décadas em decorrências dos avanços do Movimento Negro Brasileiro. Este surge como um espaço de luta, e como exemplo tem a Lei 10.639/2003, com a obrigatoriedade do conteúdo África nos manuais didáticos. Portanto a lei caracteriza uma conquista de suma importância no sentido de resistência e busca por reparação, direitos e respeito para com a história e a diversidade cultural da população negra do país.

Com base nesse contexto a presente pesquisa deseja averiguar como o continente africano vem sendo apresentado nos livros didáticos de Geografia propostos ao Ensino Fundamental, sugeridos pelo Ministério da Educação (MEC), tendo em vista a presença do conteúdo África nos livros didáticos, tal ferramenta como recurso didático nas aulas são utilizados nas práticas pedagógicas como ferramenta de ensino com uma profunda sistematização dos conteúdos programáticos.

A pesquisa não tem o intuito de desvalorizar a eficácia do livro didático e sim, contribuir com ideias, promover debates sobre seus conteúdos, em especial o conteúdo

“África”, objeto de estudo desta pesquisa. Essa proposta se mostra necessária diante da potencialidade do Movimento Negro na luta pela igualdade racial no meio educacional e por buscar assegurar ao aluno negro o direito de conhecimento da cultura de seus ancestrais e antepassados com vistas à importância da contribuição desse povo para a formação deste país.

O livro didático é um instrumento pedagógico presente na educação e no cotidiano dos estudantes, pois apresenta diversos conteúdos nas diferentes áreas do conhecimento de uma maneira sistematizada para que o alunado possa ter uma melhor compreensão dos assuntos tratados. Então, é necessário discutir a visibilidade e representação da África nos livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental sob uma ótica da temática racial após a implementação da Lei 10.639/2003, a qual tornou obrigatório o ensino da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira nas redes de ensino.

Com a intenção de resposta para esta questão, definimos como *objetivo geral*:

a) Identificar as representações do conteúdo África no livro didático Vontade de Saber Geografia, 2015 de Geografia após a implementação da lei 10.639/03, no sentido de questionar as diferentes leituras das imagens no livro, visando quebrar os estereótipos em relação ao povo africano.

Para tanto, definimos como *objetivos específicos*:

- a) Entender a importância do conteúdo África nos livros didáticos após a Lei 10.639/2003;
- b) Identificar a abordagem do conteúdo África nos livros didáticos de Geografia na construção do conhecimento sobre a cultura africana;
- c) Analisar as diretrizes da Lei 10.639/03 para o tratamento do conteúdo África nos manuais didáticos de Geografia.

A pesquisa segue uma linha de caracterização descritiva, qualitativa e exploratória dos levantamentos bibliográficos, fenômenos observados aliados às bibliografias abordadas e pesquisa pautada na análise do livro didático, que pressupõe uma construção teórico-metodológica composta de práticas.

As fontes secundárias que serão utilizadas dizem respeito aos dados onde analisamos um livro didático de Geografia acerca dos conteúdos relacionados à África em relação ao 8º ano do Ensino Fundamental.

A inquietação em relação a isso está centrada na busca por entender como ocorre a discussão em torno da apropriação da cultura africana e como é tratada nos livros didáticos do Ensino Fundamental após a obrigatoriedade do ensino da História e a Cultura Afro-Brasileira nas redes privadas e públicas de ensino.

Considerando esse universo da pesquisa documental, a lei 10.639/03 e o livro analisado com as interpretações dos documentos. Contudo esta produção monográfica foi construída por etapas; a primeira, a escolha do livro didático utilizado na rede de ensino municipal Barro localizada no Estado do Ceará; seguindo de leituras; e, por fim, a análise do livro, objetivo central dessa pesquisa.

Para tanto, foi feita uma avaliação da representação da África, pela qual buscamos identificar a representação da imagem do negro no livro didático após a implantação da Lei 10.639/2003. O livro escolhido para ser investigado foi um voltado ao 8º ano do Ensino Fundamental, pertencente à coleção Vontade de Saber, da autora Neiva Camargo Torrezani, da Editora São Paulo, publicado em 2015, e estando na sua segunda edição. Essa coleção é proposta para os anos 2017, 2018 e 2019 do PNL D.

No que concerne à pesquisa, levaremos em consideração a forma como a África é apresentada nessa ferramenta de ensino, destacando as características fenotípicas das imagens dos negros e considerando o processo de transformação e democratização do ensino após as mudanças no currículo com a Lei 10.639/2003.

Tendo em vista as etapas de andamento da pesquisa, o primeiro capítulo traz uma breve discussão sobre o continente africano de acordo com as inquietações no modo de ser e pensar nos manuais didáticos de Geografia mostra como este conteúdo é de suma importância para a sociedade brasileira e para a educação geográfica, sobretudo após a implementação da Lei 10.639/03. Também como essa discussão evidencia o quanto o Movimento Negro representa uma conquista, mas, ao mesmo tempo, como a prática plena da proposta por tal legislação é difícil exatamente por nos encontrarmos, ainda, numa sociedade racista.

Posteriormente, trataremos um enfoque em consideração à África nos diferentes olhares da Geografia, com o propósito de serem feitas reproduções sociais do negro nos livros didáticos e garantir que as instituições escolares tenham uma nova visão para com as histórias e culturas da população negra.

Ao final, mostrarei uma apreciação do livro didático utilizado na rede de ensino público dando ênfase ao modo como está sendo representada a África nos manuais didáticos após a implementação da Lei 10.639/03, pautada no reconhecimento do negro na sociedade brasileira.

Na trajetória de identificar as diferentes formas de perspectivas racistas nos livros didáticos, a seguir faremos uma discussão acerca do tema sob um olhar criterioso em relação aos conteúdos, tornando-se imperativo o levantamento de questionamentos e de fazer novas provocações sobre as causas das desigualdades.

## **2. ÁFRICA: INQUIETAÇÕES NO MODO DE SER E PENSAR MANUAIS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA**

Inserir nos livros didáticos a história africana e afro-brasileira tornou-se indispensável no meio educacional, objetivando-se auxiliar as crianças negras no processo de entendimento do papel do negro na construção da identidade brasileira, dando importância a sua própria identidade com reconhecimento, valorização e combater preconceitos e o racismo, dentro e fora dos espaços escolares.

No que tange aos conceitos relacionados aos debates referentes à formação da identidade dos jovens de hoje, questionamos como ocorrem às interações sociais por meio das diferentes relações no meio escolar com base nos livros didáticos de Geografia. Abrangemos as diversas experiências no processo da construção da identidade negra, vista como algo não estático e sim, dinâmico, que até os dias atuais é alvo de muitas discussões relacionadas aos papéis do negro na sociedade “dita” não racista.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: “Art. 26-A: Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” (BRASIL, 2003). Os livros didáticos cooperam na concepção dos alunos e auxilia na formação de sua identidade, conforme os critérios do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

Quanto à construção de uma sociedade democrática, os livros didáticos deverão promover positivamente a imagem de afrodescendentes e, também, a cultura afro-brasileira, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sociocientíficos. Para tanto, os livros destinados a professores (a) e alunos (as) devem abordar a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e violências correlatas, visando à construção de uma sociedade antirracista, justa e igualitária, segundo o edital do PNLD (PNLD, 2013, p. 22).

Sobre essa proposta, deve-se levar em conta que além das mudanças nos livros didáticos, à prática em sala de aula tem que ocorrer de acordo com essa nova realidade dos alunos, e conteúdos presentes nos livros voltados a questionar a construção social impregnada de preconceito.

O foco principal da pesquisa é levantar representações nos livros didáticos e reações diante das práticas racistas que, potencialmente, ocorrem no espaço escolar ao tratar sobre a identidade étnico-racial, direcionando o conteúdo das aulas à construção da identidade dos alunos negros, que ainda sofrem com a falta de informação e a autonegação. Também



envolver o papel da escola na concepção das relações de identidade, como o corpo escolar trabalha o conteúdo África, e como este é apresentado nos livros didáticos de Geografia.

É preciso compreender as implicações do processo de ensino da identidade negra nas escolas como processo social que produz sentidos e consequências, com isso, as representações ganham visibilidade e são consideradas como evidências corporais equivocadas aos olhos de algumas pessoas racistas. Consideram que as diferenças são puras e absolutamente caracterizadas pelas hierarquias humanas configuradas pelo comportamento dos povos desde a antiguidade à vinda dos negros escravizados ao Brasil, mas que na verdade caracteriza pela pluralidade étnica, produto do processo histórico com grandes fontes culturais. Estas podem ser explicadas a partir da concepção do próprio sujeito com diferentes composições identitárias que se configuram no espaço e no tempo.

Diante do processo de mudanças nos livros didáticos após a Lei 10.639/2003, contudo devemos valorizar a construção da identidade e a desconstrução dos preconceitos através do pensamento cognitivo voltado ao pertencimento a grupos étnicos por parte do indivíduo, promovendo uma visão crescente da complexidade do mundo moderno. Por isso, a escola, como espaço educacional, precisa exercer sua função diante desse fato, como enfatiza a LDB (BRASIL, 2004, p. 13):

A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários.

Perante o contexto da educação que se vigora hoje, constitui-se um grande desafio para o sistema educacional a presença do ensino da cultura afro-brasileira nos currículos com o propósito de desmistificar o papel do negro. Objetiva-se que ao trabalhar essa temática em sala de aula o professor tenha de explorar métodos para reverter as possíveis causas do racismo dentro e fora dos espaços escolares, e que os alunos tenham um conhecimento profundo da cultura afro na nossa sociedade, conteúdo, agora que passa a ser exigida a apresentação do conteúdo África nos livros didáticos de Geografia.

É entre os muros da escola que as crianças podem construir seus próprios conceitos e identidades conforme o papel do negro é discutido, rompendo-se as barreiras na autoconstrução identitária da criança negra, fazendo com que a mesma se reconheça como cidadã negra com direitos e deveres iguais a todos os sujeitos que compõem o meio social.

A escola tem o papel primordial de trabalhar a autoestima dos alunos, principalmente aqueles que de um modo ou de outro sofrem preconceito racial dentro e fora da escola. Sendo a autoestima dos alunos associada aos reflexos de seu comportamento na escola, o aluno negro com elevada autoestima vai se sentir um sujeito ativo no processo de mudanças e transformações no lugar em que convive com a família ou no ambiente escolar.

A construção da identidade étnico-racial se dá diretamente pela interação dos indivíduos com o meio ao qual estão inseridos e ao reconhecimento da diversidade cultural que os africanos trouxeram consigo, sendo que essas interações se evidenciam por meio de ações que se descrevem conflituosas e tensas dentro do espaço onde se encontram esses agentes.

Como afirma Silva (2010, p. 15), “a estrutura de uma atividade escolar, por exemplo, frequentemente induz aos objetivos correspondentes no nível psicológico, ou seja, contextos organizados cooperativamente tendem a promover orientações e interações cooperativas”.

Nesse sentido, podemos caracterizar que a identidade se constitui no real perante as transformações espaciais por meio da complexidade das práticas construtivas da identidade étnico-racial. Cabe à escola assumir o papel de promover divulgações aos direitos de toda a valorização da diversidade cultural afro e da etnia trazida pelos negros africanos para o Brasil, tornando um país miscigenado, com mistura de crenças, raças, cores e costumes.

## **2.1. África no ensino de Geografia**

No meio educacional, a narrativa sobre o negro enfrenta desafios, tendo sua história negada e ausente nos conteúdos programáticos nos currículos e nos livros didáticos de Geografia de maneira sistematizada. A escola, como espaço de reprodução de valores, símbolos, culturas e costumes está ligada diretamente às relações institucionais envolvidas na dinâmica da sociedade e tem o papel de apresentar junto com o material didático, ou seja, o livro didático, a cultura e história da África aos alunos brasileiros.

Podemos considerar que, no âmbito escolar, ocorre uma gama de possibilidades tanto de preservação quanto da construção e reprodução de ordem social. Obviamente, devemos valorizar o ensino da Geografia como ferramenta por constituir-se de valorização de culturas étnicas e raciais coadunadas a sistemas de ideias que evidenciam as formas de pensar e agir dos seres humanos perante a sociedade.

Assim, trabalhar os conceitos fundamentais da Geografia é um exercício essencial para que os estudantes compreendam as prováveis explicações para seus questionamentos ao estabelecer uma abordagem alternativa para trabalhar o tema África em sala de aula, oferecendo aos educandos oportunidades para desenvolverem a análise e a compreensão da produção, dinâmica e reorganização do espaço em que vivem, focando-se na cultura afro-brasileira abordada nos livros didáticos de Geografia.

Assim, Castellar e Vilhena (2011, p. 6-7) afirmam:

[...] é condição para a aprendizagem significativa não só a estrutura do conteúdo, mas como ele será ensinado, qual a proposta didática para que estimule as estruturas cognitivas do sujeito e também qual a base conceitual necessária para que no aluno possa incorporar esse novo conhecimento ao que ele já sabe.

Essa construção não se restringe apenas à realidade externa, dada e observada, percebida diretamente por nós, mas sendo entendida como um objeto de conhecimento construído pelas operações científicas, um campo objetivo produzido pela atividade do conhecimento.

É indispensável desenvolver nos espaços escolares atividades de cunho profissional e coletivo para com o tema África. Com isso abrem-se caminhos para um trabalho ligado à conscientização dos sujeitos ativos no processo do entendimento a partir do material didático, tido como ferramenta de aprendizagem e ponto inicial para as orientações da atividade escolar.

É nítida a importância da Geografia escolar, pois desempenha um papel fundamental na sociedade, apontando para a necessidade de se ter no currículo conteúdos que valorizem a história e cultura africana e afro-brasileira nos livros didáticos, admitindo a todos uma educação autônoma, igualitária e de qualidade.

Nesse sentido, essa abordagem no material escolar contribui para desfrAGMENTAR a imagem dos africanos por meio de reflexões que auxiliem na construção de um pensamento crítico, possibilitando ao cidadão se colocar frente às desigualdades raciais e ao racismo, construindo seu próprio conceito de mundo igualitário diante da articulação dos conteúdos representados.

## **2.2. Conteúdos africanos representados nos livros didáticos de Geografia no Ensino Fundamental**

O livro didático revela-se como um instrumento de ensino muito importante no cotidiano escolar e deve cumprir o papel de estimulador da cidadania, contudo, não deve ser a única ferramenta de ação constante dos professores no processo de ensino e aprendizagem o mesmo a possui a função de estabelecer pensamentos livres de preconceitos ao abordar o tema África no conteúdo programático.

No mundo atual, caracterizado pela diversidade de recursos ao aperfeiçoamento da prática pedagógica, o livro didático ainda se apresenta como eficaz instrumento de trabalho para a atividade docente e para a aprendizagem do aluno em sala.

Como recurso didático o livro tem a finalidade de quebrar os estereótipos que representam o negro de maneira inferior em relação ao branco, ao trabalhar com os alunos a ética, a cidadania, a identidade e os valores culturais e históricos com uma abordagem crítica e com um aprofundamento na interpretação das relações sociais com o tema África.

Com o decorrer do tempo, as mudanças têm acontecido de forma significativa, onde as técnicas de ensino se modificam e evoluem muito, permitindo inúmeros avanços no campo educacional. Essas mudanças fazem com que as informações, por exemplo, sejam capazes de chegar com muita facilidade e agilidade às pessoas envolvidas, permitindo, assim, uma visão sistemática sobre os fatos que acontecem pelo mundo.

O livro didático deve assumir o papel de incentivador de práticas de cidadania, abrindo possibilidades de caminhos, e também sendo contrário a todo e qualquer ato de preconceito dentro e fora do espaço escolar. Com esse viés, Silva (1995, p. 47) enfatiza que:

O livro didático, de modo geral, omite o processo histórico-cultural, o cotidiano e as experiências dos segmentos subalternos da sociedade, como o índio, o negro, a mulher, entre outros. Em relação ao segmento negro, sua quase total ausência nos livros e a sua rara presença de forma estereotipada concorrem em grande parte para a fragmentação da sua identidade e autoestima.

Torna-se significativa pensar a questão étnica e seus desdobramentos na construção do saber geográfico com a representatividade do livro como ferramenta metodológica de ensino muito importante, sem deixar de lado o uso de outros recursos voltado ao processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, podemos pensar na escola como espaço em transformação.

Na organização e elaboração do fazer-pensar do professor, este deve munir-se de estratégias para estimular as habilidades dos alunos com o uso do livro didático, levando-os a

aguçarem suas percepções, quando os mesmos expandam e aprofundem seus conhecimentos através dessa ferramenta de ensino.

As novas lógicas presentes na construção do papel do livro didático de Geografia ao tratar do tema África, como via de regra, têm que se orientar na busca por diferentes lógicas e significados. Mediante a ideia de discutir o continente africano nos livros didáticos com um diálogo pela perspectiva de se constituir e repensar a visão sobre os negros na sociedade brasileira.

É imperativo que os professores deem sentido à utilização do livro didático ao considerar que esse recurso didático constitui importante ferramenta de aprendizagem, desde que utilizado de forma correta. Os recursos didáticos devem ser tomados como instrumentos complementares, que permitem transformar ideias em fatos e realidades apresentadas na paisagem.

Tais atenções são necessárias devido ao uso contínuo que se faz do livro didático. Estes materiais muitas vezes são vistos como a única fonte de ajuda ao professor, o que justifica a grande atenção e controle de qualidade que o mesmo tem tido no cenário nacional.

Estes suportes pedagógicos trazem também objetivos em suas unidades para que o professor se aproprie da proposta pedagógica presentes nas coleções de livros. Contudo, é preciso tornar os conteúdos mais significativos e menos descritivos. É necessário e fundamental para os professores conhecerem a estrutura do livro que será utilizado na educação básica, saber o ponto de vista do autor, o que é priorizado por ele, assim o professor poderá comparar ideias com diferentes autores e relacionar os conteúdos.

É necessário que os professores deem significado à utilização do livro didático para alcançar uma concretização da prática que exceda a simples reprodução dos conteúdos nos livros. Além de contar que o livro didático oferece uma gama de possibilidades em relação às concepções no ensino e aprendizagem, com uma visão mais ampla dos acontecimentos que rodeiam o espaço, e suas transformações ocorridas ao longo dos tempos.

No contexto escolar, o livro didático tem um papel indispensável, pois desempenha forte influência ideológica. No que diz respeito ao ensino e à aprendizagem, dependendo da maneira como as imagens e os textos são apresentados, é possível discernir conceitos e visões deturpadas presentes nas imagens do negro nos recursos didáticos de ensino. Sobre isto, mais uma vez Silva (2001, p. 51) afirma: “O livro didático apresenta o passado histórico e a cultura do povo negro sob forma reduzida e conveniente, quando não consegue inviabilizá-los completamente. O fato histórico mais reduzido refere-se à escravidão”.

Assim, no que se refere às várias maneiras de leituras das imagens contidas no livro didático do ensino básico assinala como uma possibilidade de interpretação diferenciada do mundo, com um caráter estrutural e único. Precisamos de um olhar crítico para identificar os temas que não são apresentados devidamente ou complexamente no corpo do livro, mas que devemos abordar com profundidade em sala de aula. Como exemplo, a vinda dos negros africanos ao Brasil, que nos enriqueceu com a sua diversidade cultural, religiosa e étnica. Não os enxergando apenas como escravos.

O livro traz sua estruturação com uma bagagem de informações de acordo com as categorias geográficas bem detalhadas, de uma maneira que leva os alunos a pensar a Geografia no seu cotidiano. Por meio de uma concepção de aprendizagem que rompe com o fundamentalmente tradicionalismo, devem ser desafiadoras e criativas.

O livro didático comporta-se como o instrumento tradicionalmente mais utilizado no ensino das escolas brasileiras, e, por isso, repleto de valores, conhecimentos e significados para os alunos. Não obstante, muitos desses suportes, ao abordarem a temática negra, trazem sua representação agregada de forma estereotipada aos olhos da sociedade, apenas na condição de trabalho inferior aos dos brancos.

Nesse contexto, a atividade de problematização da proposta de aprendizagem contida no livro fundamenta-se na prática de análise e comparação não só dos conteúdos em si, mas do contexto das relações sociais onde o aluno se encontra inserido. Essa prática vem para contribuir na visão social dos estudantes, incorporando seus conhecimentos num processo de aprendizagem significativo.

É preciso ter em vista que o livro didático é considerado um instrumento pedagógico que traz diversas questões problemáticas de cunho social e que, nos últimos anos, vem incorporando um importante entendimento das mobilizações ocorridas ao longo do tempo no sentido de abranger e se contrapor a formas de preconceito, com destaque à lei implementada no ano de 2003.

### **2.3. Relações dos livros escolares de Geografia após a implementação da lei 10.639/2003**

Na segunda metade do século XX, as representações a respeito dos movimentos sociais negros no Brasil que buscam o reconhecimento das matrizes africanas na cultura

brasileira passaram a ganhar destaque nas discussões bem como nas reivindicações por meio da forte luta política, tendo como objetivo o fim de atos discriminatórios no meio social.

No campo das discussões a respeito da população negra na sociedade brasileira, não podemos esquecer o legado cultural do povo africano ao território brasileiro, contribuição negada pela ausência da apresentação da história e cultura dos africanos nos livros didáticos de Geografia até 2003, necessária para garantir uma valorização dos afrodescendentes bem como sua contribuição para a formação de nossa sociedade. Melhor compreensão do tema África diz respeito ao conjunto de representações de como o continente está exposto nas imagens nos livros didáticos, uma vez que resgatam a história cultural diante da organização social vigente.

As indagações miram-se no ato de reconhecer e valorizar os movimentos sociais. Com essa busca incessante pela igualdade e reconhecimento é que nasce a Lei 10.639/2003, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e promulgada pelo Congresso Nacional em 9 de janeiro de 2003. Contudo, as atividades do projeto da lei 10.639/03 iniciaram-se no ano de 2008 pelo combate contra o preconceito racial muito presente na sociedade brasileira. Por fim, dá reconhecimento e importância das lutas antirracistas dos movimentos sociais negros no Brasil e dá sequência à construção de um ensino democrático que agrupa a história e a cultura de todos os povos que participaram da construção desse País.

Até o ano de 2003 o Brasil não possuía nenhuma legislação específica voltada ao resgate do processo histórico e resistência do povo negro na educação. Este movimento questiona a desigualdade racial presente e provoca debates nas questões da diversidade cultural e no imenso legado das civilizações africanas ao povo brasileiro.

A Lei trouxe para o meio educacional vários questionamentos, em especial para o ensino da Geografia. Tornou-se imperativo se pensar o mundo sob um ponto de vista não mais eurocêntrico, o que trouxe conseqüentes transformações para além do ensino da Geografia escolar. Segundo Santos (2007, p. 23):

O que diversos setores vêm sinalizando, entretanto, é que a Lei é um instrumento para reposicionar o negro no mundo da Educação. Segundo esta leitura, História e Cultura Afro-Brasileira, compreendendo História da África, a cultura negra, etc., são na verdade instrumentos de construção de outras visões de mundo alternativas à eurocêntrica que domina nossa formação – ou, instrumentos para a construção de visões plurais – e não “apêndices”, conteúdos “a mais” que devem ser trabalhados em momentos específicos como o dia 13 de maio ou mesmo o 20 de novembro que é citado pela lei.

A promulgação da Lei 10.639/03 colocou a sociedade diante da responsabilidade de assumir a história da África e cultura afro-brasileira nos currículos escolares em todas as redes de ensino público e privado nas aulas de Geografia e História do Ensino Fundamental e Médio abarcando as áreas da Literatura, Educação Artística e as Histórias brasileiras. Dessa forma, a Lei alterou a LDB ao entender as complexidades das diversas visões de mundo.

O artigo 26-A da Lei das Diretrizes e Bases da Educação ganhou nova composição, alterando o seu exposto para os incisos abaixo citados:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o capítulo deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

(...)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

A Lei 10.639/03 tem como objetivo reposicionar o olhar sobre o negro no meio social por meio das relações raciais no mundo da educação através de releituras das perspectivas expostas. Ao discutir a educação e as relações étnico-raciais no cotidiano escolar, o interesse é evidente ao se produzir conhecimentos sobre história e cultura negra e indígena, tendo a educação como vetor de ascensão social para a população negra e a erradicação do preconceito racial.

Por meio de um ensino reflexivo da Geografia escolar pode-se criar subsídios para a desconstrução de julgamentos negativos que são dados aos negros e ao seu continente de origem, o continente africano. A proposta de Lei 10.639/03 visa orientar os alunos a conhecer e entender as complexidades das diversas culturas desses povos.

Perante a dificuldade e resistência na educação quanto às relações culturais, religiosas e da história do povo negro, há um “branqueamento” da cultura brasileira ao desprezar a sua própria identidade e omitir a contribuição dos africanos na formação da sociedade brasileira. Essa posição se dá exatamente pelo não conhecimento da história brasileira advinda da cultura africana, e pior, pela sua omissão.

Para além das mudanças no meio social, a referida Lei estabelece uma revisão dos currículos escolares a fim de uma adaptação às novas exigências, com uma formação



continuada dos professores em relação às novas regras previstas pela Lei 10.639/03, para que os profissionais tenham um embasamento teórico do assunto em questão.

É essencial que abracemos as orientações de leituras, sobretudo na questão do pensamento crítico, ao refletirmos sobre o que essa Lei representa de fato no campo educacional e para os profissionais da educação, compreendendo até que ponto afeta as práticas pedagógicas e o cotidiano do aluno.

Faz-se necessária a participação de todos para não deixar tal dispositivo legal ficarem só no papel, mas averiguar a sua efetividade concreta nos diversos campos da educação para garantir que as lutas e reivindicações do Movimento Negro do Brasil não percam sentido, mas deem significado às lutas e conquistas.

Como em toda regra há exceção, com a Lei 10.639/03 não foi diferente, pois contém falhas na elaboração de seus artigos. A obrigatoriedade da lei abrange apenas os ensinos Fundamental e Médio, deixando de lado o ensino superior em todas as áreas da licenciatura. Assim, os professores formados não têm habilidade em ministrar as aulas com o conteúdo África, pois em sua formação acadêmica não tiveram uma disciplina voltada ao conteúdo e muito menos uma formação continuada na vida profissional. Com isso há um enfraquecimento no embasamento teórico sobre o tema, sem nenhum contato das questões relacionadas ao racismo, as diversas culturas africanas presas a meros roteiros de aula para datas comemorativas, como, por exemplo, ao homenagear o negro somente no dia 20 de novembro, “Dia da Consciência Negra”, frisando parcamente apenas sua trajetória em terras brasileiras.

Por consequência, o não conhecimento dos professores sobre o conteúdo chega a estereotipar os negros, reproduzindo cenas de sofrimento e castigos, e deixam de lado a vida de luta e superação, como a preservação cultural e religiosa. Sem contar a falta de planejamento por parte das secretarias de educação para ações de combate à prática do racismo e discriminação nos espaços escolares.

Faz-se necessário chamar atenção à postura que devemos ter e averiguar como a lei está sendo aplicada, tendo toda a comunidade escolar como arma de combate ao racismo, problematizando a nossa realidade, buscando alternativas para uma efetiva mudança no meio social.

Nesse objetivo de conhecer o desenvolvimento das práticas pedagógicas e como os livros didáticos de Geografia refletem o conteúdo, abordaremos como o continente africano aparece nas diferentes dimensões da Geografia escolar.

### 3. ÁFRICA NOS DIFERENTES OLHARES GEOGRÁFICOS

Os alusivos discursos teóricos impregnados nas narrativas das diferentes leituras das imagens estão inseridos em seus respectivos tempos históricos, com interligação e historização dos pensamentos e concepções vigentes sobre o continente africano.

Considerando a extensão que o continente possui, é notória a gama da diversidade cultural e étnica dos povos que ali habitam e nos seus dissipadores. É clara a capacidade de influência na organização social, pelos povos africanos, como integrantes da diversidade cultural do nosso país. Sem sombras de dúvidas são carregados de símbolos, costumes, dentre outros.

Convém refletir sobre o discurso que trata da vinda dos negros africanos para o Brasil no período da escravidão e toma-os de forma inferior, com foco nas injustiças cometidas aos povos durante todo o período escravista, deixando de lado a perspectiva da resistência e da luta.

Ao verificar essas ponderações acerca da prática escravista, vemos que persiste até os dias atuais uma visão deturpada do negro na sociedade. Tal visão fez com que a complexidade de discriminação ganhasse força através da contínua desvalorização cultural das matrizes africanas.

O processo de imigração tem sido apresentado como uma desvalorização das diversas culturas existentes no nosso extenso país. Para entender o processo de contribuição cultural africana na sociedade brasileira se requer um olhar criterioso sobre a história e as crenças desse povo guerreiro.

No tocante à Geografia enquanto ciência é carregada de muitos contextos abrangentes e complexos, pois traz em sua bagagem vários conceitos de suma importância para a construção social do espaço geográfico. Junto a isso, se faz necessário dar importância à diversidade cultural dos povos envolvidos, como os africanos, e se trabalhar em todas as áreas do conhecimento da educação brasileira tal diversidade.

Torna-se necessária a valorização do conhecimento do aluno na construção dos referenciais positivos na questão étnica-racial, abrindo caminhos para uma inclusão fundamentada nos currículos de formação profissional. Na medida em que o continente africano vem sendo apresentado como conteúdo programático nos manuais didáticos, é alvo de afirmações deturpadas e entendidas como linha de desorganização social, permeada pela concepção ideológica de desigualdade entre brancos e negros no Brasil, estes com atribuições negativas e sua imagem justificada como consequência direta da escravidão.

Assim, o exercício reflexivo em torno da linha narrativa da Geografia escolar ao fazer uso do conteúdo África nos livros didáticos deve ter o objetivo de desenvolver temas para serem trabalhados com os alunos diante da coerência da construção teórica sobre ética, cidadania, identidade e valores culturais e históricos da África.

Os livros desenvolvem um trabalho de histórias contadas. Essa construção não se restringe apenas à realidade externa, dada e observada, percebida diretamente por nós, mas sendo entendida como um objeto de conhecimento construído pelas operações científicas, um campo objetivo produzido pela atividade do conhecimento, que se traduz na representação social do conceito de África.

### **3.1. A representatividade da África nos livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental**

A dominante ideologia da inferiorização do negro se apresenta em formas simbólicas capazes de atuar em conjunturas sociais e culturais de maneira a sustentar a relação de dominação política e social sobre a população afrodescendente.

Segundo o PNLDL (Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino e Cultura Afro-Brasileira e Africana), a inclusão da história desses povos nos livros didáticos tem o objetivo de apresentar de forma clara ao aluno a importância dos africanos e dos índios na formação histórica da sociedade nas áreas econômica, política, cultural e social, especificamente no Brasil. Visando, por meio da educação, pôr fim às relações racistas construídas ao longo do processo da formação territorial brasileira sob uma visão eurocêntrica que permeia os conteúdos com elementos de desvalorização dessa população. (BRASIL, 2013).

Para tanto, faz-se necessário discutir as políticas educacionais com vistas à África nos livros didáticos de Geografia, construindo uma orientação de abordagem da temática das relações étnicas na sala de aula, trabalhando os conteúdos propostos pela Lei 10.639/03, que objetivam romper as barreiras da discriminação pela cor.

Diante da aprendizagem escolar, as representações dos negros encontradas através das análises realizadas das leituras feitas por nós demonstram uma imagem social dessa etnia pautada sob um olhar criterioso de um sistema de ideias dos grupos dominantes. É no percurso da aprendizagem escolar que o aluno ganha concepções de como se portar, ou seja, posicionar-se no mundo e diante das representações deturpadas do negro, marcadas pelo

preconceito. Com a flexibilidade nos conteúdos trazidos nos livros didáticos, a educação ganha importância na luta contra o preconceito racial por contribuir com boa parte da formação subjetiva do indivíduo.

Para a elaboração deste trabalho monográfico, nossa intenção foi explorar essa discussão analisando os manuais da rede de ensino público utilizada no ano de 2017 nas escolas da cidade de Barro- CE, por meio de um procedimento de diagnóstico de um livro didático. Para fazer a análise, selecionamos um livro de Geografia que enfoca o conteúdo África, apresentado no ensino da Geografia escolar atual.

Dão ênfase na caracterização de um povo sofrido e em extrema pobreza, associados a guerras civis, doenças (AIDS, Ebola), exclusão social, corrupção, entre outros, tido como resultado do período de opressão europeia, apesar de conterem ilustrações significativas do negro vinculado aos papéis de menor prestígio em oposição às imagens dos brancos.

Devemos lembrar que os negros, de modo geral, são impedidos de escrever sua própria história justamente por sua imagem ser influenciada por estereótipos de inferioridade. Os conteúdos propostos nos manuais de Geografia ainda carregam uma conservação de distintas formas de hierarquização racial entre negros e brancos. Ao tratar da construção do continente africano fica nítida a influência dos árabes e europeus nesse processo, uma África que ganhou novas fronteiras, mas que ainda é tida como dependente economicamente de suas antigas metrópoles.

Ao relacionarem o negro com a sua diversidade social e espacial, o livro didático analisado mantém a insistência em imagens negativas, escondendo uma geografia de disputa territorial, relacionando o negro com inferioridade vinculada aos territórios dos grupos étnicos.

A Geografia escolar, ao ter uma abordagem crítica, deve demonstrar – e não reforçar – as desigualdades raciais, através de questionamentos e discussões de ordem teórica, metodológica e política. O ensino deve ser voltado ao aprendizado do alunado com vistas a obter subsídios para a construção de um posicionamento crítico no mundo contemporâneo. Adiante, analisamos um livro didático pertencente a uma coleção propostos aos anos finais e como se relacionam a essa proposta de ensino de Geografia no Ensino Fundamental.

### **3.2. Análise do conteúdo África no livro didático de Geografia do Ensino Fundamental**

Nessa fase da pesquisa, apresentamos a análise do livro didático do 8º ano de Geografia pertencente à coleção Vontade de Saber, de Neiva Camargo Torrezani, publicado em sua segunda edição pela Editora São Paulo. Tal exemplar é destinada para os anos 2017, 2018 e 2019 no Ensino Fundamental. De acordo com a análise, foram atendidos todos os critérios de avaliação exigidos pela a Lei 10.639/03. Temos o intuito de averiguar se de fato o manual didático oferecido contemplam, nessa avaliação do PNLD, o que diz respeito às determinações da Lei 10.639/03 e às Ações e Metas sugeridas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira.

Tendo como ponto de referência a imagem do negro no manual didático diante da diversidade étnica da população brasileira, com explícita amostragem da análise explorada, foram abordadas as estratégias ideológicas da sua produção. Tendo em vista não existirem regras claras na elaboração de um livro didático, mas sim a utilização de uma gama de referências, o professor precisa encará-lo como uma construção discursiva.

Diante das experiências nos estágios supervisionados, o cotidiano escolar nos revela que a função do livro didático é muito mais ampla do que estamos acostumados a pensar. Sendo um instrumento de ação constante como um suporte nas aulas e sendo estigmatizado como o único recurso de auxílio. Sem dúvida, os livros didáticos desempenham funções importantes para a capacitação cidadã dos alunos, como via de regra visam não só a transmissão de conhecimentos, mas também oferecer relações de reciprocidade moral e intelectual.

Diante disso, a análise das atividades de aprendizagem contidas no livro fundamenta-se na comparação não só dos conteúdos em si, mas do contexto das relações inter-raciais onde o aluno está inserido. Essa prática vem para contribuir de modo a tornar o processo de aprendizagem significativo através da democratização da abordagem sobre o povo africano nos espaços escolares brasileiros.

Na construção do capítulo amparei-me da Lei 10.639/03, nas Diretrizes Curriculares para a Educação Étnico-Racial, na Lei Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, e na resenha do livro didático em questão expresso no Guia do livro didático. Nos propomos à análise da presença do proposto pela referida Lei no livro, no tratamento dado ao conteúdo África, e se

atendem as metas proposta pela Diretrizes Curriculares Étnico-Raciais de uma educação para a igualdade e livre de preconceito e racismo.

### *3.2.1. O livro utilizado na pesquisa*

Por ser um dos recursos mais utilizados e por fazer parte da construção de conhecimento dos alunos em sala, o livro vem sendo titulado ao longo do tempo como portador de conhecimentos básicos das variadas disciplinas, e por isso torna-se um instrumento bastante difundido no meio educacional.

Diante dessa questão da abordagem do conteúdo África e afrodescendentes, este encontra-se no, livro citado anteriormente, direcionado ao público do Ensino Fundamental da rede pública de ensino avaliado e publicado após a aprovação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório a inserção da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira nos materiais didáticos das instituições escolares públicas e privadas.

Segundo os professores avaliadores do PNLD, a obra está dentro das exigências do PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) para o Ensino Fundamental, possibilitando ao educando uma construção de conhecimentos em torno dos valores éticos de um cidadão, concentrando os objetivos em propor diversas situações que conduzam a aprendizagem de forma a acompanhar as mudanças ocorridas ao longo do tempo, juntamente com o desenvolvimento cognitivo dos alunos. (BRASIL, 1996).

Assim, o uso da imagem nas aulas de Geografia oferece aos educandos oportunidades de contextualização para desenvolverem a análise e a compreensão da produção, dinâmica e reorganização do espaço em que vivem. Neste aspecto, decodificar esses signos conduz o aluno à leitura interpretativa da paisagem observada relacionando-a com seu cotidiano e ampliando sua reflexão sobre o processo de interação homem-natureza.

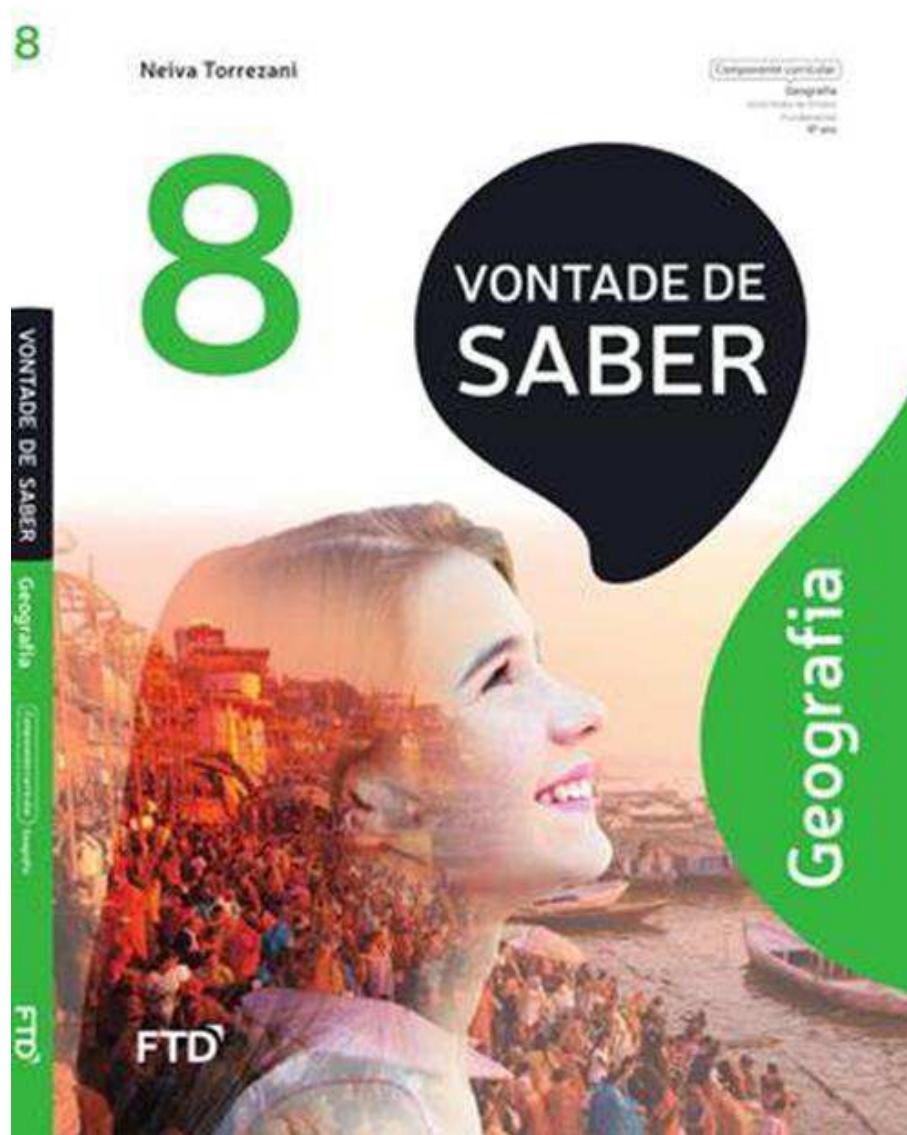
Com as novas concepções de aprendizagem, com usos de novas linguagens metodológicas no ensino de Geografia, sempre nos vem a indagação sobre sua importância e como devemos utilizá-las em sala de aula e como tornar o ensino inovador, pelo qual os sujeitos sejam atores interagindo no processo de aprender e ensinar.

Para a aquisição do conhecimento da proposta de pesquisa, escolhemos um exemplar da coleção que evidenciasse a Lei 10.639/03, de acordo com suas sugestões de combate ao racismo. Direcionado ao Ensino Fundamental, analisamos o livro “Vontade de Saber Geografia”, da autora Neiva Camarão Torrezani, professora graduada e bacharel em

Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR). A autora é Especialista em Análise e Educação Ambiental em Ciências da Terra pela mesma universidade e atuou como professora de Geografia em escolas da rede particular de ensino. O livro didático produzido por ela destina-se aos anos finais do Ensino Fundamental, e o especificamente ao 8º ano.

A seguir a imagem da capa ilustrativa do livro utilizado na pesquisa.

**FIGURA 1:** capa do livro *Vontade de Saber Geografia*, de Neiva Torrezani, 2015.



Fonte: TORREZANI, Neiva Camargo. *Vontade de Saber Geografia*. 8º ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2015.

O livro está em sua segunda edição, lançada em 2015, e contém 256 páginas. A obra é dividida em oito capítulos. No início de cada capítulo há a uma imagem e um pequeno texto de apresentação, e no final, é encontrado atividades e textos complementares sob o nome “Explorando o Tema”.

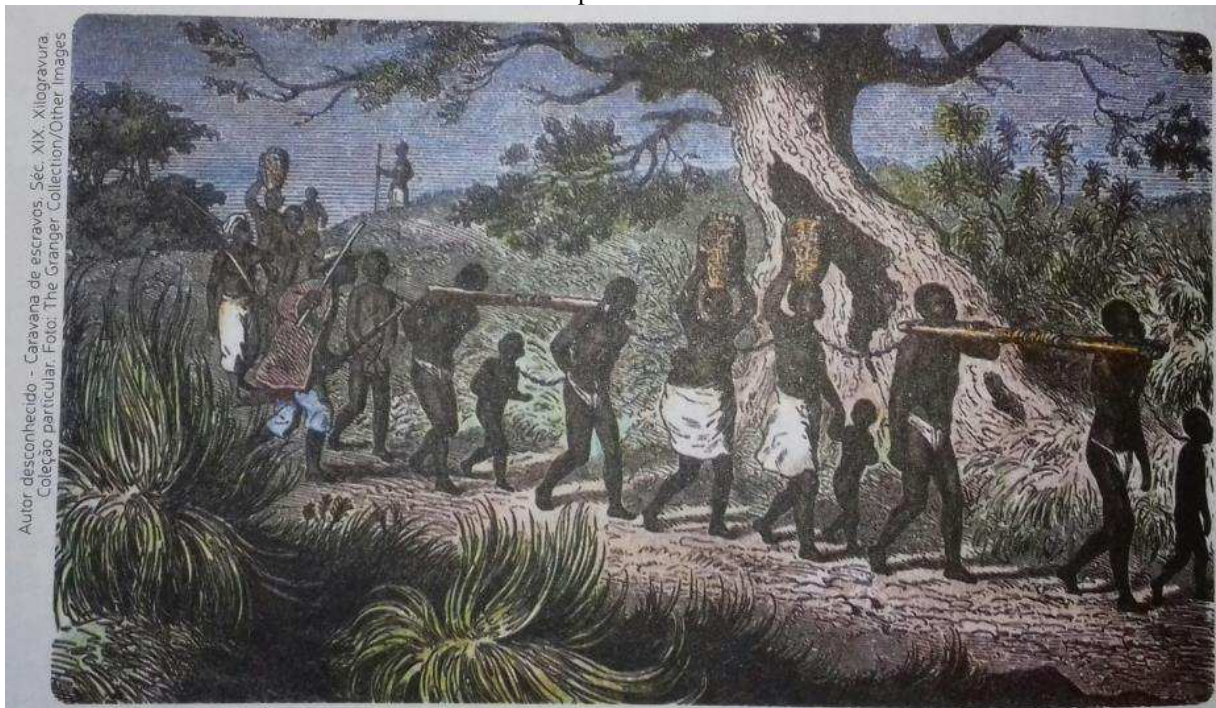
O conteúdo África é apresentado nos dois últimos capítulos do livro: no capítulo 7, intitulado “A África e suas diversidades”, e no capítulo 8, intitulado “África: a economia de um continente subdesenvolvido”. Ao longo do corpo do livro podemos identificar informações sobre afrodescendentes e imagens de negros desempenhando atividades diversas.

Na resenha publicada pelos avaliadores do PNLD, o livro “Vontade de Saber Geografia” valoriza a diversidade étnica e cultural, não sendo detectados estereótipos raciais, mas que abre caminhos ao favorecimento da cidadania. Portanto, segundo o parecer, o livro encontra-se de acordo com os parâmetros curriculares exigidos pela lei. (BRASIL, 2016).

No entanto, apesar da coleção ser aprovada pelos avaliadores, foi possível encontrar imagens e textos que reproduzem uma vida de inferioridade no continente africano, como, por exemplo, um lugar de fome, doenças e uma alta taxa de mortalidade infantil. Em relação à cultura da população afro-brasileira, detectamos que a autora deixa a desejar a apresentação no que diz respeito as matrizes africanas presentes na cultura brasileira.

A análise começa pelo capítulo 7, página 206, onde foi abordada a questão do período da escravidão. A imagem mostra o povo africano em situação de pura submissão, tendo crianças e adultos acorrentados uns aos outros para não haver chance de fuga, como se vê na figura abaixo.

**FIGURA 2:** africanos capturados durante o século XIX.



Fonte: TORREZANI, Neiva Camargo. **Vontade de Saber Geografia**. 8º ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2015, Capítulo 7, p. 206.



De acordo com as Orientações Diretrizes Étnico-Raciais (BRASIL, 2003), a apresentação recorrente de imagens dos negros em situação de inferioridade ao homem branco, em relação à divisão do trabalho e nos frequentes castigos e humilhações físicas e morais durante o período escravocrata, reforça cada vez mais o estereótipo sobre essa população. A reprodução dessas imagens em que o negro aparece em situações de extrema subordinação aos capatazes dos grandes fazendeiros da época em nada valoriza a figura do povo africano, pelo contrário, estamos enaltecendo os conteúdos racistas. Tal atenção se faz necessária devido a uma grande contradição com o que diz a Lei e o Guia do PNLD 2017 no que se referem às imagens ilustrativas presentes no capítulo. Nos artigos estabelecidos pela Lei 10.639/03 falam que os manuais didáticos não apresentem imagens que desvalorize a imagem dos africanos e sim, contenham imagens que enalteçam a sua cultura, religião e etnia as contribuições para a sociedade brasileira.

Nesse sentido, a Lei 10.639/03 objetiva construir uma abordagem como alternativa para o tema trabalhado, aprimorar e enriquecer as visões críticas do povo africano sobre o processo de compreensão das contradições da reprodução social do espaço brasileiro. Na medida em que se avança na leitura e análise dos capítulos, podemos identificar elementos que vão de encontro ao Guia do PNLD. A autora faz um alerta para o inchaço das áreas urbanas na África contemporânea, por exemplo, e, assim, focando nos pontos negativos somente.

**FIGURA 3:** resíduos acumulados próximos às moradias precárias de um bairro em Acra, Gana, em 2013.



Na fotografia, resíduos sólidos acumulados próximos às moradias precárias de um bairro em Acra, Gana, em 2013.

Fonte: TORREZANI, Neiva Camargo. **Vontade de Saber Geografia**. 8º ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2015, Capítulo 7, p. 211.

A África é citada em maior número sob uma perspectiva negativa, e a imagem acima faz alusão à grande concentração da população em regiões periféricas das grandes cidades, com destaques às péssimas condições de vida dessa população. Para ilustrar essa afirmação, Torrezani (2015) utiliza a imagem de uma área residencial nas proximidades de um depósito de resíduos sólidos. Os elementos que compõem a imagem referem-se ao crescimento desordenado, com falta de infraestrutura e, por consequência, com péssimas condições de educação, epidemias de AIDS devido à falta de saneamento básico.

Porém, deve-se destacar que o continente africano é considerado o berço da humanidade, mas é apresentado de forma pontual e limitado apenas ao Egito no período da antiguidade; o livro não faz destaque às grandes civilizações africanas no decorrer da sua história. A ausência da história da África acaba por deixar o ensino sobre a África, os africanos e afro-brasileiros fragmentado e defasado. Isso deixa bem nítido o quanto o estereótipo relacionado ao povo africano ainda está enraizado na forma de apresentação dos conteúdos nos livros didáticos de Geografia.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa monográfica optamos pelo estudo da Lei 10.639/03 e sua aplicação no conteúdo de um Livro Didático de Geografia selecionado para a pesquisa. Nossa intenção foi averiguar se ocorreu uma efetiva mudança no conteúdo África nos livros didáticos com a inclusão no currículo de temas étnico-raciais de acordo com as propostas da referida lei.

Para uma efetiva transformação da realidade social temos que, primeiro, ter um conhecimento da trajetória histórica da vinda dos africanos para o Brasil; segundo, uma auto aceitação; e em terceiro, a aceitação dos negros pela sociedade e sem a subjugação racial, inclusive nos manuais pedagógicos, de acordo com as apreciações das imagens dos negros apresentados e explorados na sala de aula pelos professores.

Com a análise do livro ficaram nítidas as diversas situações de inferiorização dos negros em relação às demais etnias, sobretudo na abordagem de aspectos positivos e negativos sobre o tema em questão. Como já era de se esperar, os autores dão mais ênfase aos aspectos negativos, como se destaca na representação do negro com imagens em situações de menor prestígio, geralmente em trabalhos informais e de menor representatividade na escala econômica local e global.

Distintos são os modos de perceber as representações da Geografia escolar por meio de narrativas ou frases escritas, por proporcionar conversas livres ou mais direcionadas, através de desenhos e, também, através da observação dos livros didáticos utilizados em sala. Ocorrem no meio educacional várias discussões de caráter teórico. No entanto, as mudanças exigem novos códigos e assimilação comunicacionais. Dentre essas discussões encontra-se o livro didático, ainda permeado de representações diferenciando negros e brancos, e assim destorcendo os fatos sobre o negro, a exemplo da sua história e contribuição na construção da sociedade brasileira, sempre inferiorizadas.

Os livros didáticos ainda tratam o assunto de maneira superficial e dão maiores ênfases à imagem do negro como inferior, na forma como eles eram tratados na época da escravidão, ao invés de ressaltar as conquistas e lutas que passam de geração a geração.

Portanto, é importante reconhecer que a Lei 10.639/03 trouxe mudanças para o ensino de Geografia com entendimento das relações étnico-raciais no ambiente escolar e também na sociedade, buscando uma crescente divulgação/valorização do legado africano, no entanto, esta proposta ainda é deficiente no diz respeito à sua aplicabilidade na produção dos materiais didáticos, sobretudo dos livros, bastante utilizados no processo de ensino e aprendizagem do Ensino Fundamental.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

Brasil. Ministério da Educação. **PNLD 2017: geografia - Ensino fundamental anos finais/ Ministério da Educação - Secretária de Educação Básica - SEB - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2016. 132 p.

\_\_\_\_\_. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília : MEC, SECADI, 2013.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

CASTELLAR, Sônia. VILHENA, Jerusa. Um breve referencial teórico e a educação geográfica. In: **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2011, p. 6-7.

FERRACINI, Rosemberg Aparecido Lopes. **A África e suas representações no(s) livro(s) escolar(es) de Geografia no Brasil – 1890/2003**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. 229 f.

GOMES, Sebastiana de Fátima. **A Diáspora africana e a disciplina de Geografia: estabelecendo relações entre o ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e africana na educação básica e as religiões brasileiras de matriz africana**. Dissertação (Mestrado em Docência para a Educação Básica) – Programa de Pós-graduação em Docência para a Educação Básica, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 2016. 166 f.

LIMA, Romise Inez de. **Sala de aula: África dos meus alunos**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014. 111 f.

SANTOS, Renato Emerson dos. O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639. In: SANTOS, Renato Emerson dos. (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007, p. 21-40.

SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2001.

\_\_\_\_\_. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: Centro Editorial Didático/ Centro de Estudos Afro-Orientais, 1995.

SILVA, Waldnely. **Lei 10.639/03: a representação da África e dos Afrodescendentes nos livros didáticos de Geografia no Brasil, 2005-2014**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade do Amazonas. Manaus, 2016. 118 f.

SILVA, Marcella de Holanda Padilha Dantas da. **Negritude e infância: cultura relações ético – raciais e desenvolvimento de concepções de si em crianças**. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Programa de Pós-graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2010. 205 f.

TORREZANI, Neiva Camargo. **Vontade de Saber Geografia**. 8º ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2015.